

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.836.461 - SP (2018/0241804-0)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
RECORRENTE : ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO ECAD
ADVOGADA : KARINA HELENA CALLAI - DF011620
RECORRIDO : JODI EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS EIRELI
ADVOGADO : MARIA LOURDES DOS SANTOS FERNANDES E OUTRO(S) - SP077447

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. DIREITO AUTORAL. AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE PRECEITO LEGAL C/C PERDAS E DANOS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. DISPONIBILIZAÇÃO DE RÁDIO E TV EM QUARTO DE HOTEL. COBRANÇA DE DIREITOS AUTORAIS. LEGALIDADE. PRECEDENTES.

RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO - ECAD, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do artigo 105, III, da Constituição Federal, contra acórdão assim ementado (e-stj, fls. 658):

DIREITOS AUTORAIS - ECAD Sonorização ambiental - Uso de aparelho de TV e rádio em quarto de motel - Cobrança de direitos autorais - Inadmissibilidade - Uso individual e privativo - Exegese da Súmula 261 do STJ e da Lei 11.771/2008 - Fato que, se admitido, implicaria em duplicidade de cobrança, uma vez que as próprias emissoras e redes de rádio e televisão já pagam os direitos autorais aqui pretendidos - Sentença de improcedência da ação mantida - Recurso desprovido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-stj, fls. 697/701).

Nas razões recursais, a parte alega, além de divergência jurisprudencial, negativa de vigência ao artigo 1.022, I e II do CPC e artigos 4º, 31 e 68 da Lei de Direitos Autorais, sustentando, em síntese, que "*motéis e hotéis são de fato*

Superior Tribunal de Justiça

locais de frequência coletiva, haja vista tratarem-se de estabelecimentos que melhoram os serviços ofertados através da sonorização dos ambientes, particularmente os aposentos, pela disponibilização de aparelhos televisivos" e que *"daí se extrai a obrigação legal imposta ao recorrido de obter prévia e específica permissão de uso, mediante pagamento da correspondente retribuição autoral ao ECAD"*. (e-stj, fl. 712).

Contrarrazões às e-stj fls. 752/776.

É o relatório.

Decido.

Inicialmente, esclareço que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo nº3/STJ.

Quanto à alegação de negativa de prestação jurisdicional, sem razão o recorrente.

As questões submetidas ao Tribunal *a quo* foram suficiente e adequadamente apreciadas, com abordagem integral dos temas e fundamentação compatível, ainda que contrário ao interesse recursal. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte (Ag 971.041, Rel. Ministro João Otávio de Noronha; DJ 11-03-2008).

Da leitura do acórdão recorrido, extrai-se claramente o enfrentamento da questão, não havendo, pois, omissão a ser reconhecida.

De outra parte, verifica-se que o entendimento firmado pelo Tribunal de origem não está em consonância com a jurisprudência desta Corte, acerca da autorização da cobrança de direitos autorais pela disponibilização de rádio e televisão em quartos de hotel.

Afirma a recorrente que a utilização de aparelho de rádio e televisão nos quartos do hotel, sem autorização prévia, constitui violação aos direitos autorais. Sustenta que *"motéis e hotéis são de fato locais de frequência coletiva, haja vista tratarem-se de estabelecimentos que melhoram os serviços*

Superior Tribunal de Justiça

ofertados através da sonorização dos ambientes, particularmente os aposentos" (e-stj, fls. 712). Esclarece que o fato das "emissoras do sinal transmitido também recolherem retribuição autoral", não pode servir de "óbice à cobrança intentada, eis que formalmente estabelecida pela Lei a autonomia de cada modalidade de execução da obra, a reclamar licença de uso específica" (e-stj, fl. 712).

Da análise do acórdão recorrido, observa-se que o Tribunal *a quo* decidiu em dissonância com a jurisprudência desta Corte superior, e do enunciado da Súmula 63 do STJ, segundo o qual *"são devidos direitos autorais pela retransmissão radiofônica de músicas em estabelecimentos comerciais"*.

Senão, vejamos (e-stj, fl. 660/666)

Com efeito, a programação de rádio e TV, mencionada no artigo 86 da Lei nº 9.610/98 dispõe que:

"Art. 86: Os direitos autorais de execução musical relativos a obras musicais, lítero-musicais e fonogramas incluídos em obras audiovisuais serão devidos aos seus titulares pelos responsáveis dos locais ou estabelecimentos a que alude o § 3º do art. 68 desta Lei, que as exibirem, ou pelas emissoras de televisão que as transmitirem."

Por outro lado, diz o artigo 68 e seus parágrafos 2º e 3º da Lei nº 9.610/98:

"Art. 68. Sem prévia e expressa autorização do autor ou titular, não poderão ser utilizadas obras teatrais, composições musicais ou lítero- musicais e fonogramas, em representações e execuções públicas.

(...) § 2º Considera-se execução pública a utilização de composições musicais ou lítero-musicais, mediante a participação de artistas, remunerados ou não, ou a utilização de fonogramas e obras audiovisuais, em locais de frequência coletiva, por quaisquer processos, inclusive a radiodifusão ou transmissão por qualquer modalidade, e a exibição cinematográfica.

§ 3º Consideram-se locais de frequência coletiva os teatros, cinemas, salões de baile ou concertos, boates, bares, clubes ou associações de qualquer natureza, lojas, estabelecimentos comerciais e industriais, estádios, circos, feiras, restaurantes, hotéis, motéis, clínicas, hospitais, órgãos públicos da administração direta ou indireta, fundacionais e estatais, meios de transporte de passageiros terrestre, marítimo, fluvial ou aéreo, ou onde quer que se representem, executem ou transmitam obras literárias, artísticas ou científicas."

Superior Tribunal de Justiça

A conjugação do artigo 68, parágrafo 3º, e do artigo 86 da Lei em tela, permite concluir que os direitos autorais sobre obras integradas à programação de TV devem ser cobrados das emissoras de televisão. E o gestor desses direitos o ECAD deverá comprovar a não cobrança dessas emissoras, para poder fazê-lo dos “que as exibirem” (art. 86).

Isto é necessário para não ocorrer a incidência dobrada dos direitos autorais, pois, do contrário, cobra-se das emissoras de TV e cobra-se dos estabelecimentos que exibirem a programação destas em seus espaços de frequência coletiva. Ora, a programação é uma só. Nem se diga que se cuida de retransmissão, conceituada como “a emissão simultânea da transmissão de uma empresa por outra” (art. 5º, III, da Lei nº 9.610/98).

*Não foi inutilmente, portanto, que o legislador trouxe alternativa de cobrança dos direitos autorais no art. 86, da Lei nº 9.610/98. E é bom recordar aqui que é princípio basilar de hermenêutica jurídica aquele segundo o qual a lei não contém palavras inúteis: “verba cum effectum sunt accipienda”. Ou seja, as palavras devem ser compreendidas como tendo alguma eficácia. Não se presumem, na lei, palavras inúteis (Cf. Carlos Maximiliano, *Hermenêutica e Aplicação do Direito*, 8ª ed., Freitas Bastos, 1965, p. 262).*

Não é outro o entendimento que deve ser extraído da Súmula nº 261 do STJ que ao tratar do tema dispõe que:

“A cobrança de direitos autorais pela retransmissão radiofônica de músicas, em estabelecimentos hoteleiros, deve ser feita conforme a taxa média de utilização do equipamento, apurada em liquidação.”

Diante do teor dessa Súmula, necessário fazer a distinção do uso do aparelho de rádio e TV de forma individual, do uso de forma coletiva, uma vez que a simples colocação do aparelho à disposição dos hóspedes nos quartos, por se tratar de uso privativo, não dá direito a cobrança, ao contrário do que ocorre com a transmissão coletiva, feita através de central retransmissora.

No caso em tela, é incontroverso que o apelado colocou a disposição dos hóspedes, em cada quarto, aparelho de rádio e TV.

O uso desses aparelhos, como v.g, a escolha de emissora, é totalmente individual, sendo opção do hóspede ligá-lo ou não, ficando, portanto, a sua utilização sem a ingerência do estabelecimento comercial.

Desse fato é possível abstrair que inexistente o caráter público na execução das obras, requisito necessário para a possibilidade de cobrança.

Superior Tribunal de Justiça

Nesse ponto, oportuno colacionar Acórdão relatado pelo Ministro Cesar Asfor Rocha, em decisão unânime, proferida no REsp 347504 RJ, assim se manifestou:

“O uso de aparelho de rádio colocado à disposição dos hóspedes não dá direito a cobrança de direitos autorais (segunda seção, embargos de divergência ns. 45.675/rj e 97.081/rj, rel. p/ acórdão em.

Ministro Waldemar Zveiter, DJ de 30.04.01, e ERESP n. 76.882/rs, rel. em. Min. Ari Pargendler, DJ de 16.11.99).

É devido o pagamento quando houver a retransmissão radiofônica, captada por uma central e distribuída aos quartos, mas com base na taxa média de utilização do equipamento a ser apurada em liquidação de sentença (verbete 261, súmula/STJ).

Complementa o Ministro observando que a “controvérsia é por demais conhecida desta Corte, girando em torno de ser ou não devido o pagamento de direito autoral pela irradiação, em quartos de hotel, de músicas tocadas em estações de rádio.

2. A solução da pendenga reclama que se diferencie duas hipóteses. Uma quando os quartos possuem um aparelho de rádio individual, como o aparelho televisor, ficando exclusivamente ao critério do hóspede o funcionamento do aparelho, assim como a escolha do canal ou estação.

Outra quando os quartos dispõem apenas de caixa de som ligada a uma central que é o aparelho captador do sinal sonoro e irradiado de forma única para todos os apartamentos, ficando o hóspede apenas com o controle do volume.

3. À essa distinção chegou-se depois de muitos debates.

Hoje a jurisprudência da eg. Segunda Seção é contra a cobrança pelo uso do aparelho de rádio, mas a favor dela quando verificada a retransmissão radiofônica, consoante se colhe dos seguintes julgados:

"DIREITO AUTORAL - COBRANÇA - ECAD - QUARTO DE HOTEL. A simples transmissão radiofônica de músicas em quartos de hotéis não está sujeita ao pagamento de direitos autorais" (Embargos de Divergência ns. 45.675/RJ e 97.081/RJ, rel. p/ acórdão em. Ministro Waldemar Zveiter, DJ de 30.04.01)
"DIREITOS AUTORAIS. APARELHO DE RÁDIO. QUARTO DE HOTEL. O uso de aparelho de rádio instalado em quarto de hotel não autoriza a cobrança de direitos autorais sobre obras musicais.

Embargos de divergência recebidos." (ERESP n. 76.882/RS, rel. em.

Min. Ari Pargendler, DJ de 16.11.99).

E do recente verbete 261 da Súmula desta Corte, aprovado no dia 13 de março do corrente ano pela eg. Segunda Seção, assim vazado:

"A cobrança de direitos autorais pela retransmissão radiofônica de músicas, em estabelecimentos hoteleiros, deve ser feita

Superior Tribunal de Justiça

conforme a taxa média de utilização dos equipamentos, apurada em liquidação" 4. Decisivo, portanto, para se concluir pela legitimidade ou não da cobrança que se tenha bem delineado o contorno fático da hipótese em julgamento.

No caso do uso de aparelho de rádio ou TV, a cobrança é indevida.

Na hipótese de retransmissão radiofônica, é devido o pagamento dos direitos autorais com base na média de utilização do equipamento.

5. Cediço que, na instância especial, não se reexamina a prova, devendo as circunstâncias da causa serem tidas na versão do v. acórdão recorrido que soberanamente decide a respeito delas.

Na espécie dos autos, não há controvérsia sobre possuir a ré sonorização ambiental sob a forma de retransmissão radiofônica tal como afirmado pelo eg. Tribunal de origem que, destarte, consagrou o entendimento mais ajustado ao caso e que é idêntico ao contido no recente verbete n. 261 da súmula desta Corte 5. Posto isso, conheço do recurso pelo dissídio, mas para lhe negar provimento". (destaquei)

No mesmo sentido:

"Direitos autorais. Hotel. Aparelho receptor de rádio. O hotel que instala rádio receptor em cada um de seus aposentos não está obrigado ao pagamento da contribuição correspondente ao direito autoral. Precedentes. Recurso conhecido e provido" - (REsp n.º. 459.361/MG, 4ª T., Rei. Min. Barros Monteiro - j. 06.02.03).

"Direito autoral. ECAD. Música em quartos de hotel. O uso de aparelho de rádio colocado à disposição dos hóspedes não dá direito à cobrança de direitos autorais. É devido o pagamento quando houver a retransmissão radiofônica, captada por uma central e distribuída aos quartos, mas com base na taxa média de utilização do equipamento a ser apurada em liquidação de sentença (verbetes 261, Súmula/STJ)" - (STJ - Resp. n.º. 242.451/SP - 4ª T. - Rei. Min. César Asfor Rocha - J. 09.04.02).

"Direito autoral. Cobrança. ECAD. Quarto de hotel. A simples transmissão radiofônica de músicas em quartos de hotéis não está sujeita ao pagamento de direitos autorais. Embargos rejeitados" - (STJ - EREsp. N.º. 97.081/RJ - Segunda Seção - Rel. Min. Waldemar Zveiter - j. 30.04.01).

Pondo uma pá de cal no assunto, a Lei n.º. 11.771/2008, em seu art. 23 estabeleceu que:

"Art. 23 Consideram-se meios de hospedagem os empreendimentos ou estabelecimentos, independentemente de sua forma de constituição, destinados a prestar serviços de alojamento temporário, ofertado em unidades de frequência individual e de uso exclusivo do hóspede, bem como outros serviços necessários aos usuários, denominados de serviços de hospedagem, mediante adoção de instrumento contratual, tácito

Superior Tribunal de Justiça

ou expresso, e cobrança de diária." (destaquei)

Com a conceituação trazida pelo artigo citado, aquela referência genérica constante no art. 68, § 3º da Lei 9.610/98, que causava tanta polêmica sobre a possibilidade ou não de cobrança de direitos autorais em relação às dependências destinadas à hospedagem, deixou de existir, pois a hospedagem, constitui unidade individual e não coletiva.

(...)

Não se trata de entender que houve revogação da Lei de Direitos Autorais pela Lei do Turismo ou de se aplicar interpretação extensiva àquele diploma legal, ignorando o seu artigo 46, como afirma o autor/apelante. Trata-se de interpretação sistemática dessas normas, inexistindo, pois, violação ou negativa de vigência aos suscitados artigos artigo 2º, §§ 1º e 2º, e no artigo 5º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, ou ainda ao artigo 7º, incisos I a IV, da Lei Complementar nº 95/1998.

Ante a ausência dos requisitos autorizadores da cobrança do direito autoral pretendida, uma vez que, no caso, os serviços disponibilizados de TV e rádio não podem ser equiparados à sonorização ambiental, de rigor a improcedência, tal como proferido na sentença.

Com efeito, verifica-se que o entendimento firmado pelo Tribunal de origem está em dissonância com o entendimento firmado nesta corte, acerca do cabimento da cobrança de direitos autorais pela disponibilização de rádio e televisão em quartos de hotéis.

Nesse sentido:

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
DIREITOS DO AUTOR. EXECUÇÃO DE MÚSICA EM
QUARTO DE HOTEL. COBRANÇA. POSSIBILIDADE.
MATÉRIA PACIFICADA PELA SEGUNDA SEÇÃO DO STJ.
AGRAVO NÃO PROVIDO.**

1. "A disponibilidade de rádios e televisão em quarto de hotel é fato gerador da arrecadação de direitos autorais" (REsp 1025554/ES, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 08/10/2014, DJe 22/10/2014).

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1363593/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 01/04/2019)

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
DIREITOS AUTORAIS. QUARTO DE HOTEL. APARELHOS**

TELEVISORES. 1. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. SUFICIÊNCIA DE PROVAS ATESTADA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JULGADOR. 2. COBRANÇA DE DIREITOS AUTORAIS. TELEVISÃO E RÁDIO EM QUARTO DE HOTEL. POSSIBILIDADE. ACÓRDÃO EM PERFEITA HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. 3. CONTRAPRESTAÇÃO QUE NÃO SE CONFUNDE COM AQUELA PAGA PELA EMPRESA DE TV. BIS IN IDEM AFASTADO. 4. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO DO DISPOSITIVO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 DO STF E 211 DO STJ. 5. AGRAVO IMPROVIDO.

1. (...)

2. *De fato, no que se refere às contribuições devidas em razão de sonorização ambiental nos quartos de hotéis, a Segunda Seção desta Corte firmou entendimento de que "a disponibilidade de rádio e televisão em quartos de hotel é fato gerador de arrecadação de direitos autorais"* (AgRg no REsp n. 996.975/SC, Relator o Ministro Raul Araújo, julgado em 6/10/2016, DJe 22/11/2016).

2.1. No caso, a Corte local, manteve a sentença de procedência da ação que visava o recebimento de direitos autorais, sob o fundamento de que, "na hipótese em apreço, pelo contrato de fls. 288/291, firmado entre a Net e o réu/apelado, não se extrai que coube ao primeiro o pagamento dos direitos autorais, sendo inviável qualquer ilação nesse sentido, a afastar a cobrança feita na inicial, sob pena de violação à regra de distribuição do ônus da prova prevista no art. 373 do CPC" (e-STJ, fls. 556-557).

3. Outrossim, a jurisprudência desta Corte Superior orienta-se no sentido de que, "na cobrança de direitos autorais por suposta utilização não autorizada de obra artística, não se pode confundir a obrigação da empresa exploradora do serviço de hotelaria com a obrigação da empresa prestadora dos serviços de transmissão de sinal de TV por assinatura, pois resultam de fatos geradores distintos, a saber: (i) a captação de transmissão de radiodifusão em locais de frequência coletiva (quartos de hotel) e (ii) a radiodifusão sonora ou televisiva em si. Daí porque não há falar, em casos tais, na ocorrência de bis in idem" (AgInt no AREsp 802.891/RJ, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 22/8/2017, DJe 29/8/2017).

4. (...)

(AgInt no AREsp 1355468/MG, Rel. Ministro MARCO

AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 13/03/2019)

DIREITO AUTORAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. COBRANÇA DE DIREITOS AUTORAIS. ESTABELECIMENTO COMERCIAL. QUARTOS DE HOTEL.

1. A disponibilidade de aparelhos de rádio e de televisão em quartos de hotel é fato gerador de arrecadação de direitos autorais.

2. Agravo não provido.

(AgInt nos EDcl no REsp 1685285/MA, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 16/02/2018)

CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE PRECEITO LEGAL CUMULADA COM PERDAS E DANOS. COBRANÇA DE DIREITOS AUTORAIS PELO ECAD. TELEVISORES E RÁDIOS. DISPONIBILIZAÇÃO EM QUARTOS DE HOTÉIS, MOTÉIS OU POUSADAS. EXPLORAÇÃO DE OBRAS ARTÍSTICAS. POSSIBILIDADE. MATÉRIA PACIFICADA PELA EG. SEGUNDA SEÇÃO DESTA CORTE. MANUTENÇÃO INTEGRAL DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA MULTA PREVISTA NO ART. 1.021, §§ 4º E 5º, DO CPC. RECURSO NÃO PROVIDO, COM IMPOSIÇÃO DE MULTA.

1. (...)

2. A Segunda Seção deste Sodalício firmou o entendimento de que são devidos direitos autorais pelo uso de aparelhos televisores ou radiofônicos em quartos de hotéis, motéis ou pousadas. Precedentes.

3. (...) 5. Agravo interno não conhecido, com imposição de multa.

(AgInt no AREsp 1185519/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe 04/04/2018)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITOS AUTORAIS. QUARTOS DE HOTEL. TV POR ASSINATURA. COBRANÇA. LEI 9.610/98. LEGALIDADE. INEXISTÊNCIA DE BIS IN IDEM. FATOS GERADORES DIVERSOS.

1. De acordo com o entendimento consolidado nesta Corte, a disponibilização de aparelhos radiofônicos e televisores em quartos de hotéis, motéis, clínicas e hospitais autoriza a cobrança dos direitos autorais pelo ECAD das obras

musicais, lítero-musicais e fonogramas por meio deles executadas.

2. "Para fins de reconhecimento da possibilidade da cobrança, é irrelevante que a execução não autorizada de obras musicais e audiovisuais em locais de frequência coletiva tenha se dado a partir da disponibilização de aparelho televisor com equipamento receptor do sinal de TV a cabo ou TV por assinatura" (REsp 1.589.598/MS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/06/2017, DJe de 22/06/2017)

3. "Na cobrança de direitos autorais por suposta utilização não autorizada de obra artística, não se pode confundir a obrigação da empresa exploradora do serviço de hotelaria com a obrigação da empresa prestadora dos serviços de transmissão de sinal de TV por assinatura, pois resultam de fatos geradores distintos, a saber: (i) a captação de transmissão de radiodifusão em locais de frequência coletiva (quartos de hotel) e (ii) a radiodifusão sonora ou televisiva em si. Daí porque não há falar, em casos tais, na ocorrência de bis in idem." (REsp 1.589.598/MS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/06/2017, DJe de 22/06/2017) 4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1639215/RS, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, DJe 09/02/2018)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ECAD. AÇÃO DE COBRANÇA. DIREITOS AUTORAIS. TELEVISÃO E RÁDIO EM QUARTO DE HOTEL. POSSIBILIDADE. MATÉRIA PACIFICADA PELA SEGUNDA SEÇÃO DESTA CORTE. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. A decisão monocrática agravada dirimiu a causa com base em fundamentação sólida, aplicando a legislação e o entendimento jurisprudencial pertinente à controvérsia que lhe foi submetida à apreciação. O órgão julgador não está obrigado a se pronunciar acerca de todo e qualquer ponto suscitado pelas partes, mas apenas sobre os considerados suficientes para fundamentar sua decisão, o que foi feito no caso.

2. No tocante às contribuições devidas em razão de sonorização ambiental nos quartos de hotel, a Segunda Seção desta Corte assentou entendimento de que "a disponibilidade de rádio e televisão em quartos de hotel é fato gerador de arrecadação de direitos autorais" (AgRg no REsp

Superior Tribunal de Justiça

n. 996.975/SC, Relator o Ministro Raul Araújo, julgado em 6/10/2016, DJe 22/11/2016).

3. Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp 1.653.955/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 02/06/2017)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITOS AUTORAIS. LEI 9.610/98. ECAD. APARELHOS DE RÁDIO E TELEVISÃO DISPONIBILIZADOS EM QUARTOS DE HOTEL. COBRANÇA DEVIDA. BIS IN IDEM. INOVAÇÃO RECURSAL. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Nos termos da orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de

Justiça, a disponibilidade de rádio e televisão em quartos de hotel é fato gerador da arrecadação de direitos autorais.

Precedentes.

2. (...)

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.565.552/PR, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 16/02/2017)

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. DIREITOS AUTORAIS. QUARTO DE HOTEL. APARELHOS TELEVISORES. TV POR ASSINATURA. COBRANÇA. POSSIBILIDADE. LEI Nº 9.610/1998. CAPTAÇÃO E TRANSMISSÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO. FATOS GERADORES DISTINTOS. INEXISTÊNCIA DE BIS IN IDEM. PRESCRIÇÃO. PRAZO TRIENAL.

1. À luz das disposições insertas na Lei nº 9.610/1998 e consoante a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, a simples disponibilização de aparelhos radiofônicos e televisores em quartos de hotéis, motéis, clínicas e hospitais autoriza a cobrança, pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - ECAD -, dos direitos autorais de todos os titulares filiados às associações que o integram.

2. Para fins de reconhecimento da possibilidade da cobrança, é irrelevante que a execução não autorizada de obras musicais e audiovisuais em locais de frequência coletiva tenha se dado a partir da disponibilização de aparelho televisor com equipamento receptor do sinal de TV a cabo ou TV por assinatura.

3. Na cobrança de direitos autorais por suposta utilização não autorizada de obra artística, não se pode confundir a

Superior Tribunal de Justiça

obrigação da empresa exploradora do serviço de hotelaria com o a obrigação da empresa prestadora dos serviços de transmissão de sinal de TV por assinatura, pois resultam de fatos geradores distintos, a saber: (i) a captação de transmissão de radiodifusão em locais de frequência coletiva (quartos de hotel) e (ii) a radiodifusão sonora ou televisiva em si. Daí porque não há falar, em casos tais, na ocorrência de bis in idem.

4. Consoante a jurisprudência consolidada por ambas as Turmas julgadoras da Segunda Seção, em se tratando de pretensão de cobrança relativa a ilícito extracontratual, o prazo prescricional incidente no caso de violação de direitos do autor é de 3 (três) anos, a teor do que disposto pelo art. 206, § 3º, do Código Civil.

5. Por ausência de previsão legal e ante a inexistência de relação contratual, é descabida a cobrança de multa moratória estabelecida unilateralmente em Regulamento de Arrecadação do ECAD. Precedentes.

6. Recurso especial provido.

(REsp 1589598/MS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 22/06/2017)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PRELIMINAR. PRESCRIÇÃO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. IMPRESCINDIBILIDADE DO PREQUESTIONAMENTO NA INSTÂNCIA EXTRAORDINÁRIA. PRECEDENTES. MÉRITO. DIREITO AUTORAL. EXECUÇÃO DE MÚSICA EM QUARTO DE HOTEL/MOTEL. ECAD. COBRANÇA. POSSIBILIDADE. MATÉRIA PACIFICADA PELA EG. SEGUNDA SEÇÃO DESTA CORTE MANUTENÇÃO INTEGRAL DA DECISÃO AGRAVADA.

1. Na instância especial, o requisito do prequestionamento é indispensável mesmo em questões de ordem pública. Precedentes.

2. A Segunda Seção deste Sodalício firmou o entendimento de que são devidos direitos autorais pelo uso de aparelhos televisores ou radiofônicos em quartos de hotéis, motéis ou pousadas. Precedentes.

3. (...)

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1.442.515/RS, Rel. Min. MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe 01/06/2015).

Superior Tribunal de Justiça

DIREITOS AUTORAIS. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ECAD. SONORIZAÇÃO AMBIENTAL DE QUARTOS DE HOTEL. PRECEDENTES.

1. A Segunda Seção do STJ consolidou o entendimento de que são devidos direitos autorais pelo uso de aparelhos televisores ou radiofônicos em quartos de hotéis, motéis ou pousadas.

2. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1.310.207/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 22/03/2013)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DIREITOS AUTORAIS. ECAD. APARELHOS DE TELEVISÃO E RÁDIO NOS APOSENTOS DE HOTEL.

1. Faz-se legítima a cobrança de direitos autorais pelo uso de aparelhos de televisão e rádio no interior dos aposentos de hotel.

2. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 809.766/RJ, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, DJe 22/03/2010)

Nesse contexto, verificado, no ponto em questão, o desalinhamento entre o acórdão recorrido e a jurisprudência dominante desta Corte, aplica-se a Súmula 568 do STJ, que diz: "*O Relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema*".

Desse modo, a teor da Súmula 568/STJ, é de rigor o provimento do recurso especial para declarar o direito do recorrente à cobrança dos direitos autorais, determinando o retorno dos autos à origem para que proceda ao julgamento da causa em sintonia com o entendimento desta Corte.

Ante o exposto, dou parcial provimento ao recurso especial nos termos da fundamentação.

Adverta-se que eventual recurso interposto contra este decisum estará sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n.3/STJ), inclusive no que tange à aplicação de multa (art. 1.021, §4º e art. 1.026, §2º,

Superior Tribunal de Justiça

ambos do CPC/2015).

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator

